

A EDUCAÇÃO FÍSICA SEGUNDO A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – TERCEIRA VERSÃO (2017)

Yasmin Dolores Lopes / yasdelopes@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil

Hitalo Cardoso Toledo / hitalo_toledo@hotmail.com

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil

Resumo

Considerando as diversas discussões sobre a Educação Física na Educação Básica e o como a mesma é apresentada nos documentos educacionais oficiais, esta pesquisa propõe-se apresentar a Educação Física de acordo a Base Nacional Comum Curricular (2017). Desse modo, metodologia deste estudo consiste na análise documental da terceira versão da BNCC, publicada no ano de 2017, na qual pode-se concluir que, no documento em questão a Educação Física é retratada numa perspectiva de formação social e cultural, considerando a manifestação corporal e a produção da cultura corporal de movimento, a partir do desenvolvimento de capacidades e de abordagens considerando as oito dimensões de conhecimento.

Palavras-chave: Educação; Educação Física; Base Nacional Comum Curricular.

Introdução

Por muito tempo, a Educação Física foi percebida como uma atividade meramente recreativa, sem intenções pedagógicas, porém, a partir da década de 1980 surgiu o Movimento Renovador da Educação Física Brasileira que, entre outras questões e sob a influência das teorias críticas da educação, tentava garantir à Educação Física escolar o status de disciplina escolar – em contraposição à condição de “mera atividade”, descrita no Decreto nº 69.450, de 1971 (BRACHT; GONZÁLEZ, 2005, p. 153), questionando o paradigma da aptidão física e desportiva que vinha orientando as práticas na área.

No início dos anos 1990, as propostas de Educação Física existentes sofreram um forte abalo quando suas intenções de adequação dos sujeitos à sociedade desenvolvimentista foram questionadas, e em 1996, a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação – LDB no. 9.394/96 estabelece que a Educação Física deva ser integrada a proposta pedagógica da escola, e componente curricular obrigatório da Educação Básica.

Atualmente, a Educação Básica no Brasil é regulamentada por diversas leis e documentos, e como previsto na Constituição, na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação, deve existir um documento que define conteúdos e competências que todos os estudantes devem desenvolver durante sua trajetória escolar (BRASIL, 2017).

Nessa perspectiva, a BNCC (2017) sendo o resultado de um amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira e o documento educacional mais atualizado até o momento, apresenta a Educação Física como componente curricular da Educação Básica, bem como competências a serem desenvolvidas ao longo das aulas e como os conteúdos devem ser organizados.

Metodologia

A BNCC (2017) é considerada referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, ela integra a política nacional da Educação Básica e contribui para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Sendo assim, essa pesquisa se propôs a analisar como a BNCC (2017) apresenta a Educação Física na Educação Básica, considerando as dimensões de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades incluídas do desenvolvimento deste conteúdo curricular, onde os procedimentos metodológicos para a construção do estudo consistem unicamente na análise documental da BNCC (2017).

Resultados

A Educação Física está presente na área linguagens nas DCNs desde 2009 e se encontra na mesma categoria na BNCC (2017), onde é apresentada como o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade, em que o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo, compreendendo saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola.

Cada uma das práticas corporais tematizadas compõe e define seis unidades temáticas, que nada mais são do que um conjunto de conteúdos temáticos que constituem uma unidade, sendo elas: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura.

De acordo com a BNCC (2017), nas aulas de Educação Física essas práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, desse modo, possibilitando aos alunos apropriarem-se dos conhecimentos construídos a partir das aulas de Educação Física, fazendo o uso da cultura corporal de movimento como um meio para não somente vivenciar movimentos diversos, mas refletir e analisar sobre eles, afim de tornar cidadãos mais críticos e ativos na sociedade.

Cada prática corporal proporciona ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo, em que a prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível.

Ressaltando que, as práticas corporais na escola devem ser reconstruídas com base em sua função social e suas possibilidades materiais, e que deve-se ter um olhar para além da ludicidade, uma vez que através desses conteúdos os alunos se apropriam de lógicas intrínsecas, os quais devem ser abordados considerando oito dimensões de conhecimento definidas

pela BNCC (2017), as quais são: experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise, compreensão e protagonismo comunitário.

Essas dimensões de conhecimento, que serão apresentadas mais detalhadamente a seguir, são diferentes umas das outras, porém, não se sobrepõem uma as outras, não possuindo uma hierarquia ou ordem entre elas, já que estão integradas umas nas outras apesar de suas especificidades, todas são relevantes e em seu devido momento precisam ser tratadas no âmbito didático-pedagógico.

As oito dimensões de conhecimento definidas pela Base Nacional Comum Curricular (2017) são apresentadas dessa maneira:

- **Experimentação**, momento em que o estudante deve passar pela vivência corporal, pelo envolvimento corporal na realização das práticas corporais para originar conhecimentos;
- **Uso e apropriação**, nessa dimensão os estudantes possuem conhecimentos que possibilitam o uso de práticas corporais de maneira autônoma, não só nas aulas, como também para além delas em suas vidas;
- **Fruição**, qual implica na apreciação estética das experiências sensíveis geradas pelas vivências corporais, nessa dimensão se permite ao estudante desfrutar da realização de uma determinada prática corporal, seja sendo realizado por ele próprio ou por outra pessoa;
- **Reflexão sobre a ação**, aqui se reflete sobre os conhecimentos adquiridos por meio das observações e análises das vivências corporais, tratando-se de um ato intencional com certos objetivos;
- **Construção de valores**, dimensão vinculada aos conhecimentos voltados para as normas e valores que compõem a sociedade;
- **Análise**, dimensão associada ao entendimento das características e do funcionamento das práticas corporais, ou seja, saber sobre o que está praticando;
- **Compreensão**, também ligada ao conhecimento conceitual, mas diretamente relacionada a temas que permitem aos estudantes interpretar as manifestações da cultura corporal em todo o seu contexto;

- **Protagonismo Comunitário**, qual refere-se a reflexão dos estudantes sobre as possibilidades deles e da comunidade de acessar ou não à uma prática de acordo com o lugar em que vivem e os recursos disponíveis.

Considerando essas dimensões de conhecimento, o componente curricular de Educação Física deve garantir aos alunos de todas as etapas da educação básica, o desenvolvimento de competências específicas, onde, ser competente em uma prática corporal é apresentado na BNCC (2017) como poder dar conta das exigências colocadas no momento de sua realização no contexto do lazer, tratando-se de um grau de domínio e/ou conhecimento sobre determinada prática corporal.

Assim, como para a Área Linguagem e para seus outros componentes curriculares, a Educação Física também deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas, essas que se articula com as competências gerais e com as competências da área com qual está inserida.

As competências específicas da Educação Física são:

1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.
3. Considerar as práticas corporais como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de expressão dos sentidos, das emoções e das experiências do ser humano na vida social.
4. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
5. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
6. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
7. Interpretar e recriar os valores, sentidos e significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
8. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos, com base na análise dos marcadores sociais de gênero, geração, padrões corporais, etnia, religião.

9. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
10. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
11. Utilizar, desfrutar e apreciar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo (BRASIL, 2017, p.181).

Sendo assim, a Educação Física deve garantir o cumprimento das competências citadas, de acordo com os conceitos da BNCC ao garanti-las em conjunto com as competências gerais e as competências determinadas para sua área de conhecimento, alcança-se um ensino integral, no qual o estudante consegue compreender, planejar, considerar, refletir, identificar, reconhecer, usufruir e utilizar dos conhecimentos das práticas corporais em seus diferentes contextos e aspectos, uma vez que, a BNCC (2017) considera o ato de conhecer um ato complexo vinculado ao desenvolvimento humano e que, a constituição desse ato em dimensões do conhecimento partem do princípio de que eles, o humano e o conhecimento, pelas suas singularidades, não estão organizados em dispositivos formalizados ou em patentes regulatórias.

Conclusão

A BNCC (2017) aponta as práticas corporais como referência central para a configuração dos conhecimentos em Educação Física, as quais são apresentadas como produtos da gestualidade, formas de expressão e comunicação passíveis de significação, ou seja, a produção de cultural por meio da linguagem e movimentação corporal.

Nesse sentido, entende-se que todos os saberes que envolvem as práticas corporais constituem a cultura corporal de movimento, onde a Educação Física enquanto componente da área de Linguagens objetiva a promoção de atividades didáticas que auxiliem nessa produção e manifestação corporal, abrangendo as dimensões de conhecimento, bem como o desenvolvimento de capacidades.

Sendo assim, podemos concluir que a BNCC (2017) apresenta a Educação Física numa perspectiva de formação social e cultural, aliada a

produção da cultura corporal de movimento, onde a mesma não objetiva tão somente a melhoria e desenvolvimento de capacidades motoras e cognitivas, nem a técnica ou perfeição de movimentos, mas experimentação e reflexão crítica acerca das temáticas que envolvem a Educação Física no âmbito escolar.

Referências

BRACHT, V; GONZÁLEZ, F. J. Educação Física Escolar. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 150-157.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivi_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacional.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em 16 de Fevereiro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 2010. Disponível em: <<http://portalmeec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2019.